

Lobão e Ademir comentam fala do Presidente

As declarações do presidente Fernando Henrique Cardoso contra a "baderna" são tema de discursos dos dois senadores. Págs. 4 e 5

Maus políticos são uma minoria, garante Cabral

Maioria vai para o Legislativo por vocação, diz o senador ao repudiar os que entram na carreira para fazer negociatas

"Os maus políticos constituem uma minoria ambiciosa que se move por interesses pessoais e prejudica a imagem da maioria dos parlamentares, que trabalha em prol da coletividade." A avaliação foi feita na sexta-feira, em plenário, pelo senador Bernardo Cabral (PFL-AM), ao prestar uma homenagem ao ex-governador Carlos Lacerda, cuja morte completa 20 anos.

No entender de Cabral, a vida pública registra três tipos de políticos: aqueles que se encaminham para o Legislativo por vocação, os que buscam um mandato por vaidade e os que procuram a representação



Bernardo Cabral

popular motivados apenas pela ambição pessoal.

Esses últimos, segundo o senador, são perigosos porque fazem campanhas milionárias,

cujos gastos não poderão ser recuperados pelos salários que recebem durante o exercício dos mandatos, "mas sim por negociatas". Felizmente, acrescentou, os legislativos do país registram grande maioria de políticos por vocação.

Em resposta aos apertes de apoio recebidos dos senadores Marina Silva (PT-AC) e Joel de Hollanda (PFL-PE), Cabral apontou a atualidade de um texto do jornalista Hélio Fernandes a respeito da morte de Carlos Lacerda, para exaltar a importância e o papel dos políticos por vocação e repudiar os que buscam a vida pública para atender a interesses pessoais.

Comissão realiza seminário sobre endividamento

A comissão especial temporária que examina matérias relativas ao endividamento de estados e municípios realizará amanhã e quarta-feira um seminário sobre o tema no Auditório Petrônio Portella. A abertura dos trabalhos, amanhã, às 10h, será feita pelo presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, e pelos senadores Carlos Patrocínio (PFL-TO) e Carlos Bezerra (PMDB-MT), respectivamente presidente e relator da comissão.

O seminário contará com cinco exposições seguidas de debates. Sobre "Rolagem da Dívida", logo após a abertura, falará Paulo de Tarso de M. Sousa. O tema "Dívida Mobiliária", às 14h, ficará a cargo de César Augusto Busatto, secretário de Finanças do estado do Rio Grande do Sul, seguido pelos senadores Esperidião Amin (PPB-SC) e Wilson Kleinübing (PFL-SC), encarregados da exposição sobre "Implicação da CPI dos Precatórios".

Na quarta-feira, estão previstos mais dois debates. O primeiro, às 10h, tratará da "Amortização de Juros", sob responsabilidade de José Soares Nuto. Às 14h, Valter Albano da Silva discutirá a "Reforma Tributária".

Júlio Campos cobra controle rigoroso do sangue

O senador Júlio Campos (PFL-MT) alertou sexta-feira o Ministério da Saúde para a necessidade de um permanente e rigoroso controle dos bancos de sangue do país. Segundo o senador, muitos hemocentros não estão fazendo os testes que detectam o vírus HTLV, causador da leucemia e de uma doença que ataca o sistema nervoso, provocando a paralisia progressiva dos membros (a paraparesia espástica tropical).

Ele citou matéria do jornal *O Globo* sobre os riscos que



Júlio Campos

correm os brasileiros de contrair o vírus HTLV, por meio de transfusão de sangue contaminado. Esse vírus pertence

à mesma família do HIV, causador da Aids, e, como ele, é transmitido por meio de relações sexuais, transfusão de sangue e seringas contaminadas.

Conforme o senador, a evolução desse vírus no organismo é lenta. Somente três por cento dos portadores desenvolvem as doenças por ele provocadas. "No entanto, se não são tomados os cuidados, eles podem transmitir o vírus para pessoas suscetíveis ao desenvolvimento das moléstias".

Coutinho: governo deve mudar gerenciamento de metas

Apenas 36% do previsto no Plano Plurianual foi realizado em 96, constata senador. Página 6

Curso a distância vai mostrar processo legislativo

Também está sendo preparado, pelo Instituto Legislativo Brasileiro, um programa de TV para informar prefeitos e vereadores sobre a obtenção de recursos para educação

O Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) está concluindo o primeiro programa de ensino a distância, que será sobre processo legislativo, segundo informou sua direção. As aulas serão ministradas por servidores do Senado, filmadas pela TV Senado e transmitidas pelos

computadores VIPs instalados nos gabinetes e unidades administrativas da Casa.

O ILB (substituto do Cedesen) tem entre suas funções a de realizar pesquisas e assessorar os trabalhos dos senadores, e ainda o planejamento, execução e avaliação das atividades de forma-

ção, treinamento e capacitação de recursos humanos.

O diretor do ILB, Mário Lúcio Medeiros, disse que está elaborando um projeto teleinformativo para orientar prefeitos e vereadores sobre obtenção de recursos para a educação. Os programas irão ao ar pela TV Senado.

Publicações do Senado fazem sucesso no PR

No primeiro dia da Feira Interamericana do Livro, que terminou ontem (dia 25), em Curitiba, o *stand* do Senado foi o que mais vendeu obras (inclusive em disquetes). As publicações mais procuradas foram a Constituição e a legislação completa sobre meio ambiente.

O *Jornal do Senado* foi muito procurado pelos visitantes da feira, muitos dos quais manifestaram interesse em receber a publicação pelo correio. No *stand*, foram instalados microcomputadores, pelos técnicos do Prodasen, onde eram feitas as demonstrações sobre o conteúdo dos disquetes à venda.

Trabalho de pesquisadores é destacado por Holanda

A importância dos trabalhos do Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães (CPqAM), de Pernambuco, na área de saúde, foi destacada pelo senador Joel de Hollanda (PFL-PE), ao congratular sua diretora, Eridan de Medeiros Coutinho, e demais membros da equipe, pela condução do centro.

- Apesar da gravidade da situação da saúde pública no

Brasil, é importante dizer que o CPqAM, em meio a gigantescas dificuldades e obstáculos de toda natureza, dá ao país um exemplo de dedicação, de competência profissional e científica, sobretudo de respeito à instituição pública - afirmou.

Ele disse que o centro desenvolve atividades de ensino e formação de recursos humanos, com a participação direta de seus pesquisadores e profes-

sos em programas de ensino de pós-graduação, mestrado, doutorado, residência e especialização.

Hollanda ressaltou que o CPqAM vem realizando importantes estudos de doenças de grande ocorrência na região Nordeste, como esquistossomose, filariose linfática, leishmaniose, mal de Chagas, malária e helmintoses intestinais.

Agenda do Dia

PLENÁRIO

14h30 - Sessão não deliberativa do Senado

PREVISÃO DE TRABALHOS

PLENÁRIO

Terça-feira (27.05.97)

14h30 - Sessão deliberativa do Senado

Pauta: *Projeto de Resolução nº 67/97, que autoriza a contratação de operação de crédito externo, com garantia do Brasil, no valor total de R\$ 125 milhões, entre o estado do Rio Grande do Sul e o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), destinada a financiar a execução do Programa de Reforma do Estado; e *Projeto de Resolução nº 68/97, que autoriza o estado de Goiás a contratar operação de crédito sob a forma de Termo Aditivo de Re-ratificação ao Contrato de Abertura de Crédito celebrado em 21.01.97, junto à Caixa Econômica.

Quarta-feira (28.05.97)

14h30 - Agenda em aberto

Quinta-feira (29.05.97) - Corpus Christi

Sexta-feira (30.05.97)

9h - Sessão não deliberativa do Senado

COMISSÕES

Terça-feira (27.05.97)

11h - Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: *PLS nº 212/95

(terminativo), que dispõe sobre a concessão de incentivo fiscal às pessoas jurídicas que possuam empregados com mais de 40 anos; *PLS nº 46/96 - Complementar (não terminativo), que autoriza o Banco Central do Brasil a vender parte das reservas internacionais e os bancos brasileiros a realizarem empréstimos em moeda estrangeira; *PLS nº 30/96 (terminativo), que dispõe sobre a aplicação das reservas cambiais; *PLS nº 292/95 (terminativo), que dispõe sobre a aplicação das receitas provenientes das privatizações; e *Ofício Presi nº 32/97 (não terminativo), que encaminha solicitação do governo do Rio Grande do Sul, para que possa contratar operação de crédito junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de US\$ 150 milhões, cujos recursos serão destinados ao financiamento de parte do Programa de Rodovias daquele estado.

Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa

10h - Comissão do Endividamento dos Estados e Municípios

Pauta: Seminário sobre o Endividamento dos Estados e Municípios. *Auditorio Petrólio Portella*

Quarta-feira (28.05.97)

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: *PEC nº 47/95, que institui a Justiça Agrária; *PEC nº 12/91, que cria o Conselho Nacional de Justiça; *PEC nº 46/95, que dispõe sobre o tratamento tributário dispensado aos produtos integrantes da cesta básica; *PEC nº 6/96, que torna o voto facultativo; *PEC nº 52/95, que suprime o parágrafo 3º do art. 199 da Constituição federal que veda a participação de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no país; *PEC nº 58/95, que fixa o princípio da coincidência geral dos pleitos eleitorais; e *PEC nº 12/96, que cria Tribunais Regionais Federais. *Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa*

10h - Comissão do Endividamento dos Estados e Municípios (continuação)

Pauta: Seminário sobre o Endividamento dos Estados e Municípios. *Auditorio Petrólio Portella*

Nabor não aceita redução da bancada de deputados do Acre

Ele argumenta que o escândalo da compra de votos não justifica a punição e o sacrifício à população de um estado carente e necessitado

O senador Nabor Júnior (PMDB-AC) criticou sexta-feira as gestões que estão sendo desenvolvidas por alguns parlamentares na Câmara dos Deputados com o objetivo de diminuir, naquela Casa, de oito para quatro o número de representantes dos estados pequenos, como o Acre. Para Nabor Júnior, a aprovação dessa proposta é inconstitucional e fortaleceria ainda mais os grandes estados da Federação que, a seu ver, sempre dominaram o país, em detrimento dos estados pequenos.

- Não é pelo simples fato de o Acre estar envolvido no escândalo da compra de votos para a aprovação da emenda da reeleição, fato que nós todos deploramos, que



Nabor Júnior

agora se queira punir a população e impor sacrifícios a um estado carente e necessitado, reduzindo sua bancada - afirmou o senador.

Nabor Júnior defendeu a instalação de uma CPI para apurar esses fatos, destacando ser preciso ouvir as versões dos governadores do Acre e da Amazônia e esclarecer a opinião pública sobre o envolvimento de outras au-

toridades.

O senador destacou artigo de Carmen Kozak, publicado pelo *Jornal do Brasil*, no qual a jornalista afirma que o escândalo da compra de votos envolvendo quatro deputados do Acre ressuscitou a discussão sobre a redução das bancadas desse estado e também de Rondônia, Roraima e Amapá.

Em aparte, a senadora Marina Silva (PT-AC) disse que não concorda com a redução do número de representantes dos estados na Câmara, acrescentando que o Acre não pode ser prejudicado por conta de representantes que não honraram o seu mandato. O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) também apoiou o discurso do senador Nabor Júnior.



Lauro Campos

Lauro responde da tribuna do Senado ao eleitor

Conforme havia anunciado, o senador Lauro Campos (PT-DF) respondeu sexta-feira em plenário aos eleitores que lhe enviaram fax, mensagens e telefonemas fazendo perguntas ou questionando a atividade parlamentar. O objetivo, segundo disse, é estabelecer diálogo com o cidadão brasileiro.

Para ele, essa forma de interação, utilizando-se da transmissão da TV Senado, serve para estimular o processo de democratização, uma vez que eleitores de todo o Brasil se manifestam sempre sobre o que se passa no Senado Federal.

Lauro Campos, respondendo a um eleitor, disse que enquanto durar o Plano Real persistirá sempre o déficit da balança comercial, já que se trata de uma opção inteiramente voltada para "um combate perverso à inflação". Em outra, ele afirmou que o capitalismo deu certo no Japão porque lá o empregado participa do lucro e é vitalício no emprego.

O senador pediu aos eleitores que esclareçam se querem ou não manter sigilo ou revelar o seu nome quando das respostas que der diretamente da TV Senado. Ele voltou a afirmar que uma vez por mês, nas sessões não deliberativas das sextas-feiras, usará a tribuna para dar respostas aos eleitores brasileiros.

Tuma elogia a atuação de ministros interinos da Justiça e dos Transportes

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) elogiou a atuação de Milton Seligman e Alcides Saldanha como ministros interinos da Justiça e dos Transportes, no período anterior à nomeação dos novos ministros, Iris Rezende e Eliseu Padilha. Segundo Tuma, Seligman e Santana entregam o cargo aos seus novos titulares "atestando a mais inteira competência e capacidade".

O representante paulista



Romeu Tuma

é de opinião que "o elevado espírito de homens públicos desses ministros temporários, aliado à grande dedicação emprestada a suas atividades, demonstrou que a

condição de interinidade em nada compromete o desenvolvimento de um trabalho à altura dos responsáveis por setores estruturais de nosso país".

Romeu Tuma congratulou ainda os ministros Iris Rezende e Eliseu Padilha, destacando que "a competência e a dedicação que ambos dispõem aos interesses do Brasil continuarão predispondo ao sucesso qualquer missão que lhes seja confiada".

Ademir diz que FHC "tenta encobrir sua culpa" em relação a "baderna"

Ao criticar fala do presidente, senador afirma que a violência contra os trabalhadores tem acontecido sobretudo nos governos do PSDB

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) disse sexta-feira que as declarações do presidente Fernando Henrique Cardoso pedindo o fim da "baderna" talvez tenham o objetivo de "tentar encobrir a sua culpa em relação aos crimes hediondos que estão acontecendo no país contra trabalhadores desarmados". Ele se referia ao assassinato de trabalhadores rurais no Pará e de trabalhadores em um conjunto habitacional de São Paulo.

- Ao invés de considerar que houve pregação da balbúrdia e da desordem, o presidente deve envergonhar-se diante da nossa triste realidade - afirmou o senador. Na sua opinião, não é justificável que a polícia, apesar de ter sido recebida no conjunto habitacional com pedradas e paus, tenha assassinado três trabalhadores.

- Isso não pode ser esquecido. Talvez por isso a agressão ou a maneira rude do presidente Fernando Henrique Cardoso ao falar em balbúrdia. Sua Excelência não fala na sua própria falta de ação, no seu governo inoperante e incapaz e agora quer jogar a culpa nos outros - afirmou.

Ademir Andrade destacou



Ademir Andrade

que a violência contra os trabalhadores tem acontecido sobretudo nos governos do PSDB. E que nunca viu, em outros governos, "assassinatos frios e covardes como esses". Ele gostaria que o presidente da República ou qualquer senador se colocasse na pele de um cidadão que estava no conjunto habitacional naquele momento.

Na opinião do senador, negociações foram concluídas em situações piores do que essas sem o extermínio de vidas. Ademir cobrou do governo informações sobre ações no setor de habitação e sobre o que o governo está fazendo para resolver o problema da reforma agrária.

- Esse governo nunca assentou ninguém, apenas regularizou a situação das famílias que

ocuparam terras. O presidente é um estimulador das invasões, porque só age depois que as ocupações são efetivas.

CPI

Ademir Andrade acrescentou não aceitar a manifestação de um presidente da República que evitou que o Congresso Nacional constituísse uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar o rombo do sistema financeiro e que agora tenta impedir a CPI sobre a compra de votos para a aprovação da emenda da reeleição.

Em aparte, o líder do governo no Congresso, senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), declarou que Ademir Andrade perdia a razão pelo exagero e advertiu sobre a responsabilidade que o exercício do mandato parlamentar exige. Arruda afirmou ainda que o líder do MST incitou a violência, ressaltando, porém, que também considera a sociedade injusta.

O senador Lauro Campos (PT-DF) parabenizou o orador por ter cumprido, a seu ver, com o dever da oposição de apontar mazelas e descaminhos que estão se acumulando sobre a sociedade brasileira.



Valmir Campelo Brasilienses temem violência, aponta Valmir

O senador Valmir Campelo (PTB-DF) destacou sexta-feira pesquisa realizada pela Federação do Comércio de Brasília, entre os dias 3 e 4 de abril, sobre a evolução da qualidade de vida na cidade e suas esperanças para o ano 2000. Segundo o senador, 36% dos entrevistados apontaram a violência como uma das preocupações do brasiliense para o próximo milênio, seguindo-se o desemprego, mencionado por 26,9% dos entrevistados, e a saúde, com 10,8% das opiniões.

Valmir informou que, majoritariamente, os brasilienses se manifestaram favoráveis à criação de um consórcio de municípios para o entorno de Brasília, gerido por uma administração regional. No entanto, acrescentou, a população mostrou-se contra a criação do estado do Planalto Central, tema que é objeto de proposta em tramitação no Senado.

O senador qualificou a realização da pesquisa como extremamente proveitosa para os políticos que dirigem o país.



O Informativo da RÁDIO SENADO
91,7 FM já está na
INTERNET

www.senado.gov.br



Lobão condena quem vê fraqueza no diálogo

Senador elogia a firmeza do presidente da República, ao condenar grupos que interpretaram a boa vontade de Fernando Henrique Cardoso para com a oposição como sinal de fraqueza

O senador Edison Lobão (PFL-MA), falando como líder do partido, disse na sexta-feira que vieram em boa hora as declarações do presidente Fernando Henrique Cardoso de que "a sociedade não quer a desordem, e pedras, paus e coquetéis molotov são argumentos tão pouco válidos quanto as baionetas. Só que menos poderosos". Conforme ressaltou o parlamentar, "a nação estava preocupada com os repetidos movimentos de sedição que vinham acontecendo".

Edison Lobão enfatizou a importância da ordem como fator determinante na construção da democracia. Ele criti-



Edison Lobão

cou alguns grupos de oposição que vinham interpretando a disposição presidencial para o diálogo como sinal de fraqueza. E elogiou a firmeza do pronunciamento presidencial.

Conforme o senador, Fernando Henrique foi o presidente que mais fez em favor da reforma agrária, e esse fato lhe confere autoridade para afirmar que as invasões têm que parar. Nesse sentido, Lobão lamentou que as vozes que se ergueram para protestar contra a morte de 19 trabalhadores rurais, assassinados no Pará, praticamente silenciaram quando os trabalhadores, "ou melhor, agitadores infiltrados, mataram funcionários de uma fazenda no Maranhão".

Em aparte, o senador Lauro Campos (PT-DF) disse que na luta pela terra no Brasil, de 1980 para cá, 1.400 trabalha-

dores foram assassinados, ao passo que apenas 47 pessoas foram indiciadas por esses crimes. "Eu não gostaria que esse jogo fosse empatado com mais mortes", manifestou o senador.

Edison Lobão ressaltou que o importante é que o presidente da República esteja atento aos exemplos da história, "pois, sem ordem, um país não tem presente, nem futuro". Nesse sentido, ele citou os exemplos de João Goulart e do imperador D. Pedro II, que foram afastados do poder depois que perderam o controle da ordem institucional. "As ruas não sabem governar", acrescentou Lobão.

Marina pede CPI e pergunta se FHC tem medo

A senadora Marina Silva (PT-AC) disse, sexta-feira, que a resistência da bancada governista em apoiar a criação de uma CPI para investigar a compra de votos de apoio à emenda da reeleição se deve ao receio de que a sociedade descubra, nessa transação, o envolvimento de pessoas até agora insuspeitas.

—É fundamental que o presidente da República apóie a criação dessa CPI. Por que não querem criá-la? Quem tem medo dela? Eu não tenho. Jamais teria meu nome associado a esse tipo de vergonha — observou.

Marina citou o discurso em que o presidente da República afirmou que se houver corruptos em seu governo devem ser afastados, e argumentou que, se realmente o presidente Fernando Henrique Cardoso considera graves as denúncias sobre compra de votos, "não será uma comissão de sindicância que investigará isso a fundo".

Segundo Marina Silva, todos sabem que uma comi-



Marina: não só a Câmara, mas também o Senado deve pedir CPI
são de sindicância não tem o poder de investigação de uma CPI. Daí por que o Legislativo não pode hesitar nessa questão. "O Senado tem a obrigação de assinar o requerimento de instalação dessa CPI. E a Câmara tem mais obrigação ainda, visto que tem cinco de seus membros envolvidos nesse escândalo", afirmou.

Marina Silva lembrou que o procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, está acionando judicialmente o governador do Acre, Orleir Cameli, e pedindo a cassação do seu mandato. Trata-se do processo em que o governador é acusado de ter dispensado li-

citação para a construção de um pronto-socorro. Segundo a parlamentar, é mais um dos episódios que ela tem "cansado de denunciar em plenário".

STÉDILE

Marina se reportou ainda "aos que distorceram" as declarações do presidente do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra, João Pedro Stédile, interpretando-as como incitação à violência.

—Ele não mandou invadir supermercados, nem apartamentos. A bancada de sustentação do governo, muitas vezes, descontextualiza palavras para colocar a sociedade contra os trabalhadores sem terra — afirmou a senadora.

GRITO DA TERRA

Marina fez também registro sobre o "Grito da Terra Brasil", movimento encabezado por trabalhadores rurais da Amazônia, que, conforme garantiu, negocia melhores condições de participação na economia nacional.

Ela lastimou que não tenha havido acordo para a questão dos créditos rurais, devido à não-aceitação da proposta de redução dos juros agrícolas, e informou que a presidente do Banco da Amazônia (Basa), Flora Valadares, se retirou das negociações. Lembrou que são inúmeros os trabalhadores rurais com dificuldade de honrar seus compromissos junto à instituição.

—Espero que aconteça uma nova rodada de negociações e que o Basa resolva encaminhar a questão da melhor forma possível, para que o movimento possa sair com essa vitória e para mostrar que o governo está sensível ao problema dos pequenos produtores rurais em nossa região — defendeu a senadora.

Coutinho critica execução do PPA

Apenas 36% das metas previstas no Plano Plurianual relativo a 1996 foram realizadas integralmente, destaca o senador, que foi o relator na Comissão Mista de Orçamento

Ao manifestar sua convicção de que a emenda da reeleição aprovada em 1º turno pelo Senado será ratificada no 2º turno, no próximo dia 4, o senador Coutinho Jorge (PSDB-PA) disse que o governo federal deve mudar sua estratégia de gerenciamento da execução das políticas públicas que, a seu ver, está frágil. Ele fez essa observação a partir de análise do relatório sobre a execução do Plano Plurianual (PPA) relativa ao ano de 1996, do qual foi o relator na Comissão Mista de Orçamento.

No relatório, conforme o senador, o próprio governo reconhece o baixo desempenho verificado na execução das metas do PPA, mas não aponta as razões do entrave.



Coutinho Jorge

Coutinho Jorge explicou que o PPA contém 1.157 metas, das quais 442 tinham execução prevista para 1996. Destas, apenas 36% foram realizadas integralmente, sendo que só 10% atingiram índice ótimo de execução.

Quanto aos recursos aplicados, acrescentou o senador, dos R\$ 98,6 bilhões destinados à execução do PPA no ano passado, R\$ 84 bi-

lhões foram efetivamente aplicados. "O governo deixou de gastar R\$ 9,2 bilhões em programas sociais, R\$ 1,5 bilhão em infra-estrutura e R\$ 3,9 bilhões em outras áreas", afirmou.

Ao detalhar o desempenho por área na execução do PPA, Coutinho Jorge concluiu que "a área social foi a mais prejudicada". Como exemplo citou a habitação, onde o governo aplicou apenas 31% dos recursos disponíveis. Na área de infra-estrutura, os setores de energia e comunicação tiveram desempenho satisfatório, segundo disse. Já no setor de transportes, "fundamental para a Amazônia", continuou o senador, só foram aplicados 55% do total alocado.



Lúcio Alcântara

Lúcio Alcântara lembra tragédia do césio-137

A tragédia do acidente nuclear com o césio-137 em Goiânia, que está completando 10 anos, foi lembrada pelo senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), ao destacar a realização de um simpósio científico internacional que reunirá técnicos da Comissão Nacional de Energia Nuclear e da Agência de Energia Atômica da ONU naquela cidade.

Segundo o senador, as 118 vítimas da radiação passaram a receber uma pensão mensal de 196 reais e tratamento médico especializado por meio da Fundação Leide das Neves Ferreira (Funleide), que deverá, conforme acentuou, garantir assistência a elas até a terceira geração, "já que uma consequência possível desse tipo de acidente é a transmissão, às futuras gerações, de defeitos genéticos".

Lúcio Alcântara advertiu que a fiscalização rigorosa sobre a observância das normas legais é indispensável para evitarem-se acidentes radioativos como o de Goiânia. Na opinião do senador, é preciso, ainda, "que se apliquem rigorosamente as penalidades de lei sempre que couber, e que os técnicos que lidam com tais equipamentos e a população em geral sejam periodicamente esclarecidos e instruídos em relação aos cuidados e perigos envolvidos na tecnologia radiológica e nuclear".

Gilvam Borges propõe a redução do tempo de prisão em regime fechado

O senador Gilvam Borges (PMDB-AP) apresentou projeto garantindo ao detento que já tenha cumprido um décimo da pena o direito de ser transferido para um regime menos rigoroso. Atualmente é necessário o cumprimento de um sexto da pena para que essa transferência seja possível. O projeto promove a mesma redução de tempo para a autorização de saídas temporárias e não beneficia os condenados por crimes hediondos.

De acordo com a proposição, cabe ao juiz da execução e seus auxiliares mem-

bro da Comissão Técnica de Classificação assistir ao preso em regime semi-aberto e aberto, controlando suas atividades e buscando facilitar sua integração ao convívio social e ao mercado de trabalho, "podendo, para tanto, requisitar a ajuda necessária dos órgãos e entidades públicas afetos à matéria".

SUPERLOTAÇÃO

Justificando o projeto, Gilvam afirma que as penas privativas de liberdade vêm sendo substituídas, com vantagens, por penas restritivas de

direito e de prestação de serviços à comunidade. O senador afirma também que a diminuição do tempo de encarceramento dos detentos pode minimizar o problema da superlotação das cadeias.

- O presente projeto ressalva do benefício apenas os chamados crimes hediondos, que pela sua natureza altamente reprovável e pela sua relativa raridade em relação ao montante de tipos penais responsáveis por pena de reclusão, não comprometem estatisticamente a intenção de tornar mais suave, ou, no mínimo, menos cruel a situação de superpopulação absurda e desumana dos cárceres brasileiros - afirmou o senador.



Gilvam Borges

Para Holanda, turismo alavancará crescimento

Senador elogia propósito do governo de aumentar de 2 milhões para 3 milhões e oitocentos mil o fluxo de turistas estrangeiros no país em 1999 e reduzir a saída de brasileiros para o exterior



Ramez Tebet

Tebet defende a redução da tarifa do gás

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) defendeu a redução de tarifa para o gás boliviano que passa por seu estado, como incentivo à industrialização local. Ele entende que Mato Grosso do Sul, primeira unidade da Federação por onde passa o gasoduto que corta seu território em 720 quilômetros, não deve pagar o mesmo preço que outras regiões do país.

Tebet assinalou que o anseio dos produtores e empresários sul-mato-grossenses é que o estado não continue sendo "mero exportador de matéria-prima". O senador afirmou que Mato Grosso do Sul produz grãos, tem a pecuária mais desenvolvida do país, "mas não conta, sequer, com a industrialização do próprio couro do boi".

Ao reportar-se a recente visita do ministro de Minas e Energia, Raimundo Brito, a Campo Grande (MS), Tebet destacou o convênio entre o Ministério de Minas e Energia e a Corporação dos Patrulheiros Mirins de Campo Grande. Pelo acordo, jovens de 14 a 18 anos trabalham na empresa estatal de energia (Enersul), com direito a um salário mínimo mensal, vale-transporte, tíquete-alimentação e atendimento médico e odontológico.

O senador Joel de Holanda (PFL-PE) destacou sexta-feira as ações do governo no sentido de promover o crescimento da indústria do turismo no Brasil. Para ele, a nova filosofia para o setor será "a grande alavanca do desenvolvimento do nosso país".

Conforme disse, a proposta governamental prevê parceria com a iniciativa privada e as secretarias de Indústria, Comércio e Turismo dos estados, tendo o objetivo de aumentar para três milhões e oitocentos mil o fluxo de turistas estrangeiros no país em 1999 e reduzir a saída de brasileiros para o



Joel de Holanda

exterior.

Joel de Holanda informou que o turismo é a indústria que mais cresce em todo o mundo, gerando mais de 3,5 trilhões de dólares e 265 milhões de empregos. No Brasil, o número de visitantes está praticamente estagnado, pois aumentou de um milhão e 934 mil, em 1985, para

dois milhões e cinquenta mil, em 1995.

De acordo com o senador, os pontos principais dos programas do governo federal são investimentos em projetos regionais, descentralização e municipalização da gestão do turismo, capacitação de recursos humanos, modernização da legislação e investimento em publicidade e promoção internacional.

Na opinião do senador, a distância entre o Brasil, os Estados Unidos e a Europa, a improvisação brasileira e a falta de infra-estrutura são as principais razões para o fraco desempenho do país nesse setor.

Quintanilha destaca o aniversário de Palmas e o papel do Tocantins na integração do Centro-Oeste

O senador Leomar Quintanilha (PPB-TO) lembrou sexta-feira o oitavo aniversário de Palmas, capital do Tocantins, prevendo que o estado efetivamente se desenvolverá, cumprindo sua missão de integrar a região Centro-Oeste na economia nacional. Ele também elogiou seminário atualmente realizado naquela cidade com secretários e técnicos de Fazenda de todo o país, além de representantes do Mercosul, para debater a gestão tributária sobre o consumo.

Disse o senador que essa foi uma oportunidade para comparar a política tributária brasileira com a praticada pela



Leomar Quintanilha

União Européia, num momento em que o Brasil vive a estabilidade econômica, mas ainda precisa realizar mudanças noutros segmentos da economia, a fim de poder voltar a crescer e tornar-se mais competitivo no mundo.

COMEMORAÇÕES

Quintanilha relatou que as celebrações do aniversário de Palmas mobilizaram a população e as au-

toridades do estado em vários atos públicos. Entre eles, citou o lançamento da pedra fundamental de um monumento que será erigido em homenagem ao líder comunista Luís Carlos Prestes, "por sua luta democrática". E contou que, a essa solenidade, compareceram a viúva e filhos de Prestes.

Em seu discurso, o senador também elogiou o projeto AMA II, em execução na cidade de Palmas, com o objetivo de oferecer às crianças de rua orientação cívica, complementação alimentar e oportunidade de aprender um trabalho, como produção de mudas e insumos.

Carlos Bezerra prega reforma completa do sistema financeiro

“Não podemos permitir que o esforço produtivo da nação continue sendo sugado pelos banqueiros”, adverte o senador

O senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) defendeu a necessidade de uma reforma completa do sistema financeiro brasileiro. Ele disse que as investigações da CPI dos Precatórios estão desmontando os “antigos e bem articulados” esquemas de corrupção alojados em instâncias político-administrativas e em instituições financeiras do setor privado que inibem o desenvolvimento nacional.

- A reforma do sistema financeiro haverá de incluir uma nova política de governo para os bancos de desenvolvimento - e até para os bancos privados - com o sentido de favorecer a



Carlos Bezerra

desconcentração do desenvolvimento - afirmou o senador.

Para Carlos Bezerra, o que está sob a mira da CPI não é um único esquema de corrupção, mas diversas estruturas, públicas e privadas. “Não podemos permitir que o esforço produti-

vo da nação continue sendo sugado pelos banqueiros.”

- Qual a perspectiva de um país em que o Executivo elabora uma proposta orçamentária prevendo, por um lado, gastos de investimentos da ordem de 7,7 bilhões de reais e, por outro, despesas com juros e encargos da dívida pública da ordem de 25,2 bilhões de reais?

Na avaliação de Carlos Bezerra, está na hora de o governo federal impor uma renegociação justa para a dívida pública interna, que garanta o alongamento dos prazos e a redução das taxas de juros a “patamares civilizados”.



Jonas Pinheiro

Jonas denuncia risco à produção interna de leite

A implantação de medidas que protejam a produção interna de leite, ameaçada pelas importações de derivados lácteos com preços subsidiados em seus países de origem, foi pedida pelo senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) ao governo federal. Segundo ele, “a abertura do mercado brasileiro precisa ser gerenciada com seriedade e responsabilidade”.

- Essas importações, sem dúvida, promovem a quebra-deira e o desestímulo no campo. Autorizar essas importações é uma atitude que julgo imediatista e míope, pois desestrutura o sistema produtivo brasileiro - disse o senador.

Jonas sugeriu que o governo reduza o prazo de financiamento das importações desses produtos para o máximo de 30 dias; crie um preço de pauta para evitar o subfaturamento; eleve a Tarifa Externa Comum (TEC) dos derivados de leite de 16% para 20%; e inclua todos esses derivados na lista de exceções do Mercosul, equiparando-os ao nível tarifário do leite em pó, que é de 27%.

Francelino exalta decisões sobre Alca

O senador Francelino Pereira (PFL-MG) ressaltou “a excelente contribuição” dada ao processo de modelagem da Área de Livre Comércio das Américas - Alca, após o recente encontro realizado em Belo Horizonte, quando ficou definida a posição do Brasil em relação ao grupo. Concluir as negociações, no mais tardar, até 2005, e fazer, nos próximos anos, pro-



Francelino Pereira

gresso concreto para a realização desse objetivo foi, segundo o parlamentar, a principal resolução adotada na reunião.

Como membro do Senado, ele participou do encontro que reuniu 2.850 representantes governamentais e empresariais dos 34 países do hemisfério. O senador considera que a permissão, concedida na reunião, para que os países negociem sua adesão à Alca individualmente ou como membros de um grupo de integração foi mais uma decisão importante do encontro.

A SESSÃO DE SEXTA-FEIRA DO SENADO FEDERAL FOI PRESIDIDA PELO SENADOR CARLOS PATROCÍNIO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães - **1º Vice-Presidente:** Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Júnia Marise - **1º Secretário:** Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio - **3º Secretário:** Flaviano Melo
4º Secretário: Lucídio Portella

Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúcio Coelho - Joel de Hollanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Senado na Internet - <http://www.senado.gov.br>

O *Jornal do Senado* é distribuído também nos vãos da Vasp, Varig, Transbrasil e Líder que saem de Brasília

Jornal do Senado

Órgão do Senado Federal (Ato da Comissão Diretora nº 20, de 1996)
 - **Endereço:** Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 15º e 16º andares, CEP 70165-920 - **Telefones:** (061) 311-3331 - 311-3333 - 311-3335 e **Fax:** 311-3137 - Brasília - DF

Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Divulgação e Integração - Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado - Flávio de Mattos

Diretor da Agência Senado - Domingos Mourão Neto

Editores - Djalba Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso

Diagramação - Sérgio Luiz, Wesley Carvalho e Osmar Miranda

Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Jane Araújo e Júlio

Essucy

Revisão - Lindolfo Amaral, Fernando Varela e João Ribeiro

Veja no *Diário do Senado* a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.